

MOÇÃO

Prospecção e Exploração de Petróleo na Costa Sudoeste de Alentejo e Algarve

Contra todas as expectativas, no passado dia 11 de Janeiro, a Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) emitiu um título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM), que autoriza o consórcio ENI/GALP a fazer um furo entre os 2500 a 3000 metros de profundidade e a operar por um período de 60 dias, para procurar petróleo no mar, cerca de 80 quilómetros a sul de Sines e 47 quilómetros ao largo da orla costeira, ou seja, ao largo de Aljezur, na designada bacia do Alentejo.

Esta autorização, acontece um mês depois do Governo português ter rescindido os contratos para prospecção e exploração de hidrocarbonetos ao largo da Costa Sul do Algarve e em terra, no concelho de Aljezur, sendo relativa à concessão "Santola", entre Sines e Aljezur, autorizada até 10 de Janeiro de 2019, só sendo o consórcio obrigado a avisar o Estado 10 dias antes do início dos trabalhos.

Face ao desenrolar de todo este processo, consideramos inaceitável que mais uma vez o Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina sejam confrontados e afrontados de forma discriminatória, sem consulta prévia às entidades locais, sem estudos de avaliações dos seus impactos económicos, sociais e ambientais e ao arrepio dos objetivos assumidos por Portugal no âmbito do Acordo de Paris, que apontam pelo contrário, no sentido da transição energética para uma economia de baixo carbono.

Apesar de o furo agora autorizado se situar fora dos limites do PNSACV (Parque Natural do SW Alentejano e Costa Vicentina) e de muitas outras classificações que cobrem esta costa pelo seu interesse especial (Rede Natura 2000 e outras mais específicas), os riscos da sua operacionalização incidem diretamente sobre esta área protegida, em terra, mas sobretudo no mar, acrescendo os riscos de acidentes numa zona de elevada sismicidade e de conhecidas falhas sísmicas, sendo no mínimo questionável que se ignore a existência de ZPEs e de um Parque Natural onde desde há mais de 25 anos as populações foram obrigadas a condicionar as suas vidas e os seus investimentos em prol da conservação da natureza e do uso sustentável dos recursos endógenos, cujas estratégias foram amplamente discutidas e planeadas, estando envolvidos em projetos diferenciadores como o Turismo em Natureza, a Rota Vicentina e o reconhecimento da Costa Sudoeste como Património Natural da Humanidade, constando na lista indicativa da UNESCO.

Perante estes factos, facilmente se conclui que, este investimento é susceptível de crescer riscos ambientais, económicos e sociais, numa região que assenta a sua riqueza

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature at the top, followed by initials "H.C.", "A.", "M.M.", "J.M.", and another signature at the bottom.

nomeadamente no turismo, nas pescas e na agricultura, questionando-se sobre quais os fundamentos em que se terá baseado tal decisão...

Nestes termos, **saudamos a decisão já tomada** pelo Governo de anulação dos contratos da Portfuel e Repsol/Partex, **exigindo-se idêntica decisão de rescindir o contrato agora em causa na costa de Aljezur**, não permitindo assim que se avance com o primeiro furo de prospeção na bacia do Alentejo, ao largo do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina.

Remeter a: Primeiro-Ministro, Ministros da Economia e do Ambiente, à Assembleia da República e aos seus Grupos Parlamentares, a todos os Municípios e Assembleias Municipais da área do PNSACV, CIMAL e AMAL, assim como aos meios de Comunicação Social nacionais e regionais.

Odemira, 02 de Fevereiro de 2017

Os eleitos da Câmara Municipal de Odemira,

Ricardo - Deduza Sequeira

Marta Antónia Gami
Manuel de Fátima Cruz
José Manuel Costa